

--- SESSÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM, REALIZADA NO DIA VINTE E SETE DE DEZEMBRO DO ANO DE DOIS MIL E DOIS.-----

--- Aos vinte e sete dias do mês de Dezembro do ano de dois mil e dois, pelas vinte e uma horas e quarenta minutos, reuniu a Assembleia Municipal de Santarém, no Salão Nobre do Governo Civil, na cidade de Santarém, com a seguinte Ordem de Trabalhos:-----

--- **Um**—ANÁLISE E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE NOVO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM.-----

--- **Dois**—APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ACTIVIDADE DO MUNICÍPIO, DESDE A ÚLTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA, BEM COMO DA SUA SITUAÇÃO FINANCEIRA.-----

--- **Três**—GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM PARA O ANO DE DOIS MIL E TRÊS.-----

--- **Quatro**—GRANDES OPÇÕES DO PLANO E DO ORÇAMENTO DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS PARA O ANO DE DOIS MIL E TRÊS.-----

--- **Cinco**—DESAFECTAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO DE UMA PARCELA DE TERRENO, SITA NA ESTRADA DE SÃO DOMINGOS, FREGUESIA DE SÃO NICOLAU, NESTA CIDADE.-----

--- **Seis**—PLANO DE FORMAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM PARA O ANO DE DOIS MIL E TRÊS.-----

--- **Sete**—INQUÉRITO SOBRE AQUISIÇÃO DE TERRENO:-----

--- **Sete/um** – DIVULGAÇÃO E ANÁLISE DA DOCUMENTAÇÃO EXISTENTE;--

--- **Sete/dois** – CRIAÇÃO DA REFERIDA COMISSÃO DE INQUÉRITO.-----

--- **Oito**—APRESENTAÇÃO ANÁLISE E VOTAÇÃO DE PROPOSTAS DE RECOMENDAÇÃO:-----

--- **DA AUTORIA DO DEPUTADO VICENTE BATALHA;**-----

ACTA Nº. 08/2002
Sessão Ordinária de Dezembro
1ª Reunião 27 de Dezembro de 2002
2ª Reunião 10 de Janeiro de 2003

---DA AUTORIA DO DEPUTADO PISCA EUGÉNIO;-----

---DA AUTORIA DO DEPUTADO AIRES LOPES.-----

---O senhor **Presidente da Assembleia** ordenou que se procedesse à chamada, tendo-se verificado as seguintes presenças: -----

--- José Miguel Correia Noras, Luís Alberto Ferreira Leitão, Aires Manuel Gaspar Duarte Lopes, Albertino Filipe Pisca Eugénio, Carla Andreia Costa dos Santos, Carlos Manuel Luís Catalão, Celso Ricardo Pimenta Braz, Eurico Mateus Guerra Saramago, Francisco Miguel Baudoin Madeira Lopes, Hélder Nuno Jesus Cruz Oliveira Pombo, João Luís Madeira Lopes, Jorge Manuel Assunção Ferreira da Costa Rosa, José António Pisco Borrego, José Luís Marques Cabrita, José Manuel Gaspar, Leonel de Matos Martinho do Rosário, Luís Filipe Fragoso Carvalho de Almeida, Manuel Albino da Conceição Rosa, Maria dos Anjos Santos Neves Patusco, Mónica Isabel Duarte Mendonça, Nuno Miguel Freire Gameiro Castelbranco, Pedro Miguel Rodrigues Neves Veloso, Pedro Nuno Pimenta Braz, Ricardo Zarco Martinho do Rosário, Rosalina da Piedade Melro Blaser Gaspar, Vasco Navarro da Graça Moura, Vicente Carlos Flor Batalha, Vítor Manuel de Sousa Varajão.-----

--- **Presidentes de Junta:**-----

--- José Ilídio da Fonseca Freire, Ezequiel Azinheira Louro, Joaquim Júlio da Luz Saramago, Manuel Joaquim Vieira, António Manuel Simões Cordeiro Duarte, Fernando Manuel Tomé da Silva, Joaquim da Silva Lucas da Graça, Basílio Duarte Oleiro, Ricardo Gonçalves Ribeiro Gonçalves, Luís Manuel Madeira Mena Esteves, Diamantino Carvalho Vicente, Joaquim Manuel Gaspar Aniceto, Mário José Rodrigues dos Santos, Carlos Manuel Beirante Gomes Beja, Francisco José Viegas Santos, Joaquim Manuel Barreiros Mateiro, José António Coelho Madeira, António João Ferreira Henriques, Luís Manuel Graça Batista, Ricardo Luís da Costa, Luís Maria Severino Arrais, Vítor Manuel da Costa de Oliveira Gaspar, José Daniel Graça Madeira, Rosa Maria Gomes da Silva Lavrador,

Vítor Manuel Damas Pinto da Rocha, Firmino Joaquim Prudêncio D' Oliveira e Joaquim António Salgado Canha. -----

--- Verificaram-se as seguintes ausências:-----

--- Sebastião Morgado Ribeiro. -----

--- Confirmada a existência de quórum, o senhor **Presidente da Assembleia** declarou aberta a sessão, dando início ao **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**, tendo sido dada a palavra à senhora **Rosalina Melro** que solicitou, enquanto representante da CDU nas reuniões do Secretariado, que, no futuro, apenas sejam agendados os assuntos que estão presentes nas respectivas reuniões preparatórias de modo a que todos os deputados possam desempenhar as suas funções condignamente. -----

--- A seguir, interveio o senhor **Francisco Madeira Lopes** manifestando a sua preocupação relativamente à falta de um teatro municipal na cidade de Santarém, questionando sobre qual a data prevista para a conclusão das obras de remodelação do Teatro Sá da Bandeira. -----

--- Depois, usou da palavra o senhor **Albertino Pisca Eugénio** dando conta da sua posição em relação à proposta de Regulamento Municipal de Descargas de Águas Residuais Industriais, aprovada na última sessão desta Assembleia, solicitando que fique mencionado na respectiva acta o facto de não ter participado na discussão e votação da mesma. -----

--- Manifestou a sua preocupação em relação à situação dos Teatros Rosa Damasceno e Sá da Bandeira. -----

--- Referiu-se à recolha do cartão e à necessidade de lavagem dos contentores do lixo.---

--- Prosseguiu, tecendo algumas considerações em relação aos seguintes temas: Jardim da República, projecto IGI – Unidade de Processamento de Carnes (Canil ASPA/Municipal), Rede de Saneamento Básico, Projecto Lactogal, Casa da Portagem, Estação de Caminho de Ferro de Santarém (passagem de nível e estacionamento), recuperação do Mercado Municipal de Santarém, auditoria à Câmara Municipal de Santarém. -----

ACTA Nº. 08/2002
Sessão Ordinária de Dezembro
1ª Reunião 27 de Dezembro de 2002
2ª Reunião 10 de Janeiro de 2003

--- Concluiu, alertando para a falta de segurança junto das obras do Imocom.-----

--- Seguidamente, usou da palavra o senhor **Ricardo Ribeiro Gonçalves**, Presidente da Junta de Freguesia de Azóia de Baixo, solicitando esclarecimentos em relação ao tratamento dos resíduos sólidos urbanos efectuado pela Resitejo. -----

--- Tomou a palavra, a seguir, o senhor **Aires Lopes** que se referiu a um incêndio ocorrido na Travessa da Roda, em pleno centro histórico, salientando a dificuldade dos bombeiros poderem chegar ao local do sinistro em virtude das viaturas ali estacionadas, bem como para acederem às bocas de incêndio. -----

--- Perguntou se existe algum programa com vista a requalificar as fachadas degradadas das casas na Calçada do Monte.-----

--- Depois, solicitou a palavra o senhor **Leonel Martinho do Rosário** que começou por sugerir que a continuação desta sessão seja realizada no próximo dia dez de Janeiro e não a dezassete como inicialmente fora previsto.-----

--- Alertou para a necessidade de ser retirado o contentor junto ao Mercado Municipal. --

--- Referiu não ter estado presente na sessão de vinte e oito de Abril de dois mil, aquando da discussão e votação da aquisição do terreno da Quinta do Poço. -----

--- Foi dada a palavra, a seguir, ao senhor **Vasco Graça Moura** que perguntou quais as medidas que estão a ser tomadas pela Câmara Municipal de Santarém para a eventualidade de um agravamento do estado do tempo, tendo em conta os prejuízos causados pelas intempéries no último Inverno. -----

--- Referiu, ainda, em relação à aquisição do terreno da Quinta do Poço que se trata de adquirir a fracção designada pela letra B de oito hectares pelo valor de duzentos e cinquenta mil contos o que quer dizer que as acções que a Câmara Municipal de Santarém se propõe receber como contrapartida desse terreno a afectar para a instalação da Escola Profissional são no valor de dez mil contos, ou seja, trata-se não de uma relação de dez mil para cento e sessenta mil, mas de uma relação de dez mil para duzentos e cinquenta mil. -----

--- A seguir, no uso da palavra o senhor **Presidente da Assembleia** prestou esclarecimentos em relação à elaboração da ordem de trabalhos, salientando que a respectiva documentação poderá ser entregue aos membros da Assembleia até dois dias úteis da data da realização dessa reunião.-----

--- Esclareceu ainda que os duzentos e cinquenta mil contos reportam-se à totalidade do terreno adquirido e não à parcela do terreno a afectar à Escola Profissional.-----

--- Interveio, seguidamente, o senhor **Diamantino Vicente**, Presidente da Junta de Freguesia de Casével, referindo-se ao atraso nos pagamentos dos vencimentos à cozinheira que presta apoio sócio-educativo à família em Casével, sugerindo à Câmara que o pagamento dos vencimentos sejam efectuados, através de transferência bancária ou de outra forma a acordar, mas de forma regular para que a funcionária possa receber em devido tempo o seu salário.-----

--- Considerou que o trabalho do Gabinete de Apoio às Freguesias não se pode esgotar na construção do protocolo de delegação de competências, questionando para quando está prevista a primeira reunião de trabalho com o secretariado do GAF.-----

--- Usou da palavra, depois, o senhor **Pedro Veloso** solicitando esclarecimentos sobre onde é que a Mesa da Assembleia foi buscar os dois terços, requerendo que lhe seja facultada acta dessa reunião da Assembleia.-----

--- O senhor **Presidente da Assembleia** esclareceu que os dois terços foram aqui transmitidos pelo senhor Presidente da Câmara.-----

--- Retomou a palavra o senhor **Pedro Veloso** questionando se a Assembleia vota as propostas que lhe são apresentadas o que imaginamos que deveria ser proposto.-----

--- De seguida interveio o senhor **Vasco Graça Moura** referindo que a planta topográfica apresentada ao Tribunal de Contas não contém no seu grafismo quanto à zona assinalada nenhuma correspondência com o diagrama que nos foi distribuído.-----

ACTA Nº. 08/2002
Sessão Ordinária de Dezembro
1ª Reunião 27 de Dezembro de 2002
2ª Reunião 10 de Janeiro de 2003

--- A seguir, usou da palavra o senhor **Presidente da Câmara** esclarecendo que o Teatro Sá da Bandeira tem a sua inauguração prevista para dezanove de Março do próximo ano.

--- Quanto ao Teatro Rosa Damasceno, referiu terem sido tomados alguns procedimentos com vista à aquisição daquele imóvel. -----

--- Em relação ao canil municipal, salientou que se prevê a sua abertura antes da entrada em funcionamento da Unidade de Processamento de Carnes que está prevista para Abril de dois mil e quatro. -----

--- No tocante à Casa da Portagem, informou ter mantido uma reunião com a Direcção do Rancho Folclórico da Ribeira de Santarém, salientando que o problema do funcionamento deste grupo se encontra solucionado.-----

--- Relativamente às passagens de nível disse existirem investimentos previstos com vista à construção das passagens desniveladas. Quanto ao estacionamento junto à Estação de Caminho de Ferro, adiantou estarem a ser equacionadas alternativas que permitam obter um maior número de lugares de estacionamento naquele local. -----

--- Quanto à auditoria à Câmara Municipal de Santarém, referiu existirem questões que têm de ser respondidas pelos respectivos serviços para que o relatório preliminar possa ser dado como relatório final para posterior agendamento em reunião do Executivo.-----

--- Relativamente ao incêndio no centro histórico, esclareceu ter havido, efectivamente, um pequeno incidente com uma boca de incêndio, todavia nunca esteve em causa a segurança naquele local.-----

--- Em relação à fachadas degradadas, salientou estar a encetar contactos com vista à realização de uma campanha a fim dos proprietários dos imóveis poderem pintar ou caiar as referidas fachadas a um custo mais reduzido.-----

--- Prosseguiu prestando mais alguns esclarecimentos adicionais em relação ao terreno da Quinta do Poço, salientando ser possível a instalação de outras escolas fora do âmbito do ensino superior.-----

--- Referiu em relação ao vencimento da cozinheira que tem de ser encontrada uma solução de modo a resolver a situação dos atrasos no pagamento do ordenado. -----

--- Esclareceu que a reunião com o secretariado do Gabinete de Apoio às Freguesias está prevista para o início de Janeiro do próximo ano. -----

--- Sublinhou em relação ao terreno para a Escola Profissional que a área a ceder é de dois terços do total referido terreno. -----

--- Intervieram novamente os senhores **Ricardo Ribeiro Gonçalves, Vasco Graça Moura, Albertino Pisca Eugénio e Aires Lopes** para solicitarem esclarecimentos em relação às suas anteriores intervenções. -----

--- No uso da palavra o senhor **Presidente da Assembleia** prestando alguns esclarecimentos em relação à cedência do terreno para a Escola Profissional do Vale Tejo e à recuperação do Teatro Sá da Bandeira, salientando terem sido disponibilizadas verbas pelo então Ministro da Cultura para a recuperação daquele imóvel. -----

--- Por último, interveio o senhor **Presidente da Câmara** esclarecendo que a parte sobrance do terreno ficará para a Câmara Municipal de Santarém. -----

--- Seguidamente foi colocada a discussão uma proposta de Recomendação, da autoria do deputado municipal Pedro Pimenta Braz. -----

--- Após a apresentação da Recomendação pelo proponente, seguiram-se alguma troca de impressões, tendo a mesma sido retirada, para posterior agendamento, por sugestão do seu autor. -----

--- Terminado o Período de “Antes da Ordem do Dia”, deu-se início ao **PERÍODO DA ORDEM DO DIA**. -----

--- O senhor **Presidente da Assembleia** informou que, por solicitação da Câmara, foi retirado da Ordem de Trabalhos o Ponto Seis em virtude daquele assunto ser parte integrante do Plano Plurianual de Investimento. -----

ACTA Nº. 08/2002
Sessão Ordinária de Dezembro
1ª Reunião 27 de Dezembro de 2002
2ª Reunião 10 de Janeiro de 2003

---PONTO UM – ANÁLISE E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE NOVO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM. -----

---Pela Comissão de Revisão do Regimento foi presente uma proposta de Regimento da Assembleia Municipal de Santarém, ficando apenso à presente acta dispensando-se, nos termos da Lei, a sua transcrição -----

---Interveio a senhora **Carla Costa** agradecendo a colaboração de todos aqueles que participaram na elaboração do presente Regimento desta Assembleia.-----

---Concluiu, apresentando um conjunto de pequenas correcções ao texto do referido documento.-----

--- Seguidamente, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a proposta de **Regimento da Assembleia Municipal de Santarém**, com as correcções apresentadas, tendo sido **aprovado por unanimidade**.-----

---Pelo senhor **Diamantino Carvalho Vicente**, Presidente da Junta de Freguesia de Casével, foi efectuada a seguinte Declaração de Voto:-----

---“Votei favoravelmente a proposta de Regimento da Assembleia porque a considero um excelente documento apresentado. Quero congratular a respectiva Comissão que produziu este documento e quero, também, realçar a virtualidade de alguns artigos, nomeadamente o décimo oitavo que cria a figura do Secretariado, e o vigésimo sexto que permite a intervenção do público sem ser na parte final das sessões”.-----

---PONTO DOIS–APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ACTIVIDADE DO MUNICÍPIO DESDE A ÚLTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA, BEM COMO DA SUA SITUAÇÃO FINANCEIRA.-----

--- Interveio o senhor **Diamantino Vicente**, Presidente da Junta de Freguesia de Casével, solicitando esclarecimentos em relação à conclusão das obras de recuperação da Estrada Municipal quinhentos e cinquenta e sete e o Caminho Municipal mil trezentos e quarenta,

referindo que, contrariamente ao que vem referido no relatório do DOM, os trabalhos ainda não estão concluídos.-----

--- A seguir, interveio o senhor **António Duarte**, Presidente da Junta de Freguesia de Alcanhões, referindo-se à Estação Elevatória de Alcanhões, perguntando qual o tempo necessário para a execução das obras.-----

--- Solicitou esclarecimentos em relação à melhoria das acessibilidades à freguesia de Alcanhões, questionando qual o ponto da situação relativamente à expropriação dos terrenos com vista à construção das passagens desniveladas.-----

--- Depois tomou a palavra o senhor **José Luís Cabrita** lamentando que o Mapa da Situação Financeira tenha sido entregue no início desta sessão não permitindo assim uma análise mais aprofundada sobre o assunto. -----

--- Destacou as avultadas verbas transferidas para o CNEMA, considerando importante saber qual o montante da dívida da Câmara a este Centro de Exposições.-----

--- Prosseguiu tecendo algumas considerações em relação aos momentos solenes, lamentando que a autarquia não tenha tido documentação para divulgação da cidade e da região aquando da recepção aos participantes na Assembleia Regional da Europa da Aliança Cooperativa Internacional.-----

--- Concluiu, solicitando esclarecimentos sobre a actual situação do campo de futebol da União de Santarém, tendo em conta que o protocolo celebrado já expirou o seu prazo de vigência.-----

--- Usou da palavra, a seguir, o senhor **Albertino Pisca Eugénio** congratulando-se com a recolha de carros abandonados na via pública, perguntando porque razão as viaturas entre as pracetas Jaime Cortesão e Damião de Góis, junto do Vale dos Reis, não foram ainda recolhidas.-----

--- Questionou sobre aquilo que a Câmara pretende fazer no Vale dos Reis.-----

ACTA Nº. 08/2002
Sessão Ordinária de Dezembro
1ª Reunião 27 de Dezembro de 2002
2ª Reunião 10 de Janeiro de 2003

--- Seguidamente, interveio o senhor **João Madeira Lopes** que se referiu ao Dia Nacional das Comemorações do Turismo, manifestando a sua preocupação pelo facto dos monumentos se encontrarem encerrados aos feriados.-----

--- Depois foi dada a palavra ao senhor **Pedro Braz** perguntando se o parque de estacionamento subterrâneo a construir junto do Largo Infante Santo prevê alguma saída pedonal junto ao Mercado Municipal.-----

--- A seguir, usou da palavra o senhor **Jorge Costa Rosa** tecendo algumas considerações em relação à distribuição da documentação para os membros da Assembleia, salientando que a mesma deve ser entregue atempadamente de modo a que os eleitos possam exercer as suas funções condignamente.-----

--- Seguidamente, no uso da palavra o senhor **Presidente da Câmara** esclareceu que, efectivamente, as obras de recuperação da Estrada Municipal quinhentos e sessenta e sete e o Caminho Municipal mil trezentos e quarenta ainda não estão concluídas apesar de o Relatório assim o mencionar.-----

--- Referiu que as transferências para o CNEMA resultam de compromissos assumidos pela autarquia.-----

--- Em relação ao Campo da União de Santarém, informou haver um pedido de requisição civil ao Estado, o qual já deveria ter sido decidido, que resolverá a situação do referido Campo.-----

--- Quanto ao Vale dos Reis, salientou haver projectos que apontam soluções para aquela área os quais serão objecto de apreciação e decisão oportunamente.-----

--- Prestou esclarecimentos em relação ao encerramento dos monumentos aos feriados, salientando a falta de pessoal disponível de modo a manter abertos os referidos monumentos naqueles dias.-----

--- Informou estar prevista uma saída pedonal junto do Mercado Municipal e, concluiu, informando que os serviços estão disponíveis para fornecer a esta Assembleia toda a documentação solicitada.-----

--- Terminadas as intervenções deste Ponto, o qual não carece de qualquer votação, o senhor **Presidente da Assembleia** propôs uma alteração à Ordem de Trabalhos, nomeadamente que o Ponto Três passasse a figurar como último ponto da referida Ordem de Trabalhos, de modo a permitir que o Orçamento aprovado hoje em reunião do Executivo possa ser distribuído para discussão e votação na continuação desta reunião, prevista para dez de Janeiro próximo.-----

--- Prosseguiu-se alguma troca de impressões, tendo o senhor **Jorge Costa Rosa** requerido a suspensão dos trabalhos, por cinco minutos, a fim do Secretariado poder reunir para analisar esta questão.-----

--- Retomados os trabalhos, o senhor **Presidente da Assembleia** informou o Plenário ter havido consenso, por parte do Secretariado, em alterar a Ordem de Trabalhos de acordo com aquilo que foi preconizado pela Mesa. De imediato, submeteu a votação a respectiva alteração à Ordem de Trabalhos, tendo sido **aprovada por unanimidade**.-----

--- Assim sendo, a restante Ordem de Trabalhos ficou ordenada de seguinte modo:-----

--- **Três**–GRANDES OPÇÕES DO PLANO E DO ORÇAMENTO DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS PARA O ANO DE DOIS MIL E TRÊS.-----

--- **Quatro**–DESAFECTAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO DE UMA PARCELA DE TERRENO, SITA NA ESTRADA DE SÃO DOMINGOS, FREGUESIA DE SÃO NICOLAU, NESTA CIDADE.-----

--- **Cinco**–INQUÉRITO SOBRE AQUISIÇÃO DE TERRENO:-----

--- **Cinco/Um** – DIVULGAÇÃO E ANÁLISE DA DOCUMENTAÇÃO EXISTENTE;

--- **Cinco/Dois** – CRIAÇÃO DA REFERIDA COMISSÃO DE INQUÉRITO.

--- **Seis**–APRESENTAÇÃO ANÁLISE E VOTAÇÃO DE PROPOSTAS DE RECOMENDAÇÃO:-----

--- –DA AUTORIA DO DEPUTADO VICENTE BATALHA;-----

--- –DA AUTORIA DO DEPUTADO PISCA EUGÉNIO;-----

ACTA Nº. 08/2002
Sessão Ordinária de Dezembro
1ª Reunião 27 de Dezembro de 2002
2ª Reunião 10 de Janeiro de 2003

---DA AUTORIA DO DEPUTADO AIRES LOPES.

---**Sete**—GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM PARA O ANO DE DOIS MIL E TRÊS. -----

---Prosseguiram-se os trabalhos com o **PONTO TRÊS – GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE SANTARÉM PARA O ANO DE DOIS MIL E TRÊS.** -----

--- Pela Câmara foi presente a seguinte proposta: -----

--- “Dando sequência à deliberação camarária de dezoito de Dezembro, cabe-me propor à Exm^a. Assembleia a aprovação das **Grandes Opções do Plano para dois mil e três – Orçamento e Plano Plurianual de Investimentos dos Serviços Municipalizados de Santarém**, nos termos da alínea b), do número dois, do artigo cinquenta e três, da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei cinco-A/dois mil e dois, de onze de Janeiro”. -----

--- Dada a inexistência de intervenções, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a proposta relativa às **Grandes Opções do Plano e Orçamento dos Serviços Municipalizados de Santarém para o ano de dois mil e três**, nos termos da alínea b), do número dois, do artigo cinquenta e três, da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei número cinco - A/dois mil e dois, de onze de Janeiro, tendo sido **aprovada por unanimidade.** -----

--- **PONTO QUATRO – DESAFECTAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO DE UMA PARCELA DE TERRENO, SITA NA ESTRADA DE S. DOMINGOS, FREGUESIA DE S. NICOLAU, NESTA CIDADE.**-----

--- Pela Câmara foi presente a seguinte proposta: -----

--- “Dando sequência à deliberação camarária de dezasseis de Dezembro, cabe-me propor à Exm^a. Assembleia para apreciação e votação a **Desafecção do Domínio**

Público de uma Parcela de Terreno, com a área de treze metros quadrados, Sita na Estrada de S. Domingos, Freguesia de S. Nicolau, nesta Cidade, nos termos da alínea b), do número quatro, do artigo cinquenta e três, da Lei cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, alterada pela Lei cinco-A/dois mil e dois, de onze de Janeiro”.

--- Dada a ausência de intervenções, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a proposta de **Desafecção do Domínio Público de uma Parcela de Terreno, Sita na Estrada de S. Domingos, Freguesia de S. Nicolau, nesta Cidade**, nos termos da alínea b), do número quatro, do artigo cinquenta e três, da Lei cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei cinco-A/dois mil e dois, de onze de Janeiro, tendo sido **aprovada por unanimidade**.

--- **PONTO CINCO – INQUÉRITO SOBRE A AQUISIÇÃO DE TERRENO**.

--- **Cinco/Um – Divulgação e Análise da Documentação Existente**.

--- O senhor **Presidente da Assembleia** informou da distribuição da documentação disponibilizada pela Câmara, tendo sido deliberado tomar conhecimento.

--- **Cinco/Dois – Criação da Referida Comissão de Inquérito**.

--- Pelos líderes dos Partidos Políticos foi apresentada a seguinte proposta de composição da Comissão de Inquérito sobre a aquisição de terreno denominado de “Quinta do Poço”:

--- Pelo PS – Leonel de Matos Martinho do Rosário;

--- Pelo PPD/PSD – Pedro Miguel Rodrigues Neves Veloso;

--- Pela CDU – João Luís Madeira Lopes;

--- Pelo CDS-PP – Aires Manuel Gaspar Duarte Lopes;

--- Independente – Ricardo Luís Costa.

--- Submetida a votação a proposta em epígrafe, foi a mesma **aprovada por unanimidade**.

ACTA Nº. 08/2002
Sessão Ordinária de Dezembro
1ª Reunião 27 de Dezembro de 2002
2ª Reunião 10 de Janeiro de 2003

--- PONTO SEIS – APRESENTAÇÃO ANÁLISE E VOTAÇÃO DE PROPOSTAS DE RECOMENDAÇÃO:-----

--- Recomendação da autoria do Deputado Vicente Batalha:-----

--- “A figura de Provedor Municipal é um contributo relevante numa estratégia saudável de relacionamento entre a estrutura da Câmara e os seus Municípes, para o reforço da democraticidade e transparência dos actos de gestão e aprofundamento da participação dos cidadãos.-----

--- O Cargo de Provedor Municipal foi criado pela Assembleia Municipal de Santarém, em sua Sessão de onze de Maio de mil novecentos e noventa e cinco, sob proposta da Câmara, aprovada na reunião de dezasseis de Janeiro de mil novecentos e noventa e cinco, em conformidade com o regulamento que se junta em anexo.-----

--- As funções de Provedor Municipal são exercidas por um período igual ao da Câmara (quatro anos) e, até à data, o cargo não foi preenchido.-----

--- Considerando o seu significado e as suas importância e oportunidade, a Assembleia Municipal recomenda à Câmara Municipal:-----

--- Que equacione a problemática do Provedor Municipal, à luz da realidade actual e do Regulamento aprovado, e apresente uma proposta de nomeação de um Provedor para o Município de Santarém”.-----

--- Interveio o senhor **Vicente Batalha** fazendo a apresentação da Recomendação, destacando a importância do Provedor Municipal para o Município de Santarém.-----

--- Depois, usou da palavra o senhor **Leonel Martinho do Rosário** considerando que, efectivamente, deverá ser a Câmara a equacionar a problemática do Provedor Municipal e que à luz do presente regulamento e da realidade actual apresente uma proposta de nomeação a esta Assembleia.-----

--- A seguir, interveio o senhor **João Madeira Lopes** sugerindo que, caso o Executivo acolha esta Recomendação, haja todo o cuidado na escolha da pessoa a nomear para este cargo.-----

--- Tomou a palavra , depois, o senhor **Albertino Pisca Eugénio** perguntando se a alínea g) do artigo terceiro do Regulamento anexo à presente Recomendação faz ou não parte do articulado do mesmo, tendo em conta a deliberação do Executivo que previa a sua eliminação.-----

--- O senhor **Presidente da Assembleia** esclareceu, prontamente, que o Regulamento se mantém de acordo com a deliberação do Executivo, ou seja, a alínea g) não faz parte do seu articulado.-----

--- Por último, usou da palavra o senhor **José Luís Cruz** referindo que tendo em conta a composição do actual Executivo Municipal, no seu entender, não é urgente a nomeação do Provedor Municipal.-----

--- Dada a inexistência de mais intervenções, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a Recomendação em epígrafe, tendo sido **aprovada por unanimidade**.-----

--- O senhor **Albertino Pisca Eugénio** solicitou a retirada da sua proposta de Recomendação para posterior agendamento.-----

--- **Recomendação da autoria do deputado Aires Lopes:**-----

--- “O CDS–Partido Popular de Santarém, vem através desta Assembleia Municipal, recomendar ao Executivo da Câmara Municipal de Santarém a análise e estudo do seguinte:-----

--- Construção de um Forno Crematório no Cemitério de Santarém.-----

--- Como é do conhecimento geral, a manutenção dos cemitérios, bem como a necessidade constante dos seus alargamentos tem constituído uma matéria de difícil resolução e, de futuro, será certamente um problema de solução muito complicada, não só por falta de espaços evolventes mas, ainda, por questões de segurança e saúde pública. É igualmente do conhecimento de todos nós que, cada vez mais munícipes manifestam em vida o desejo de serem cremados após a sua morte.-----

ACTA Nº. 08/2002
Sessão Ordinária de Dezembro
1ª Reunião 27 de Dezembro de 2002
2ª Reunião 10 de Janeiro de 2003

--- Não é raro, ainda, quando tal acontece, os defuntos terem de aguardar vários dias para tal cerimónia pois, apenas o cemitério do Alto de S. João em Lisboa tem condições para proceder a esta tarefa.-----

--- Sem termos a preocupação, porque não nos compete da análise quer dos pormenores técnicos quer dos custos de tal instalação e sua rentabilidade económica mas, considerando os aspectos atrás mencionados (falta de espaços, razões de segurança, saúde pública, etc....), deixamos aqui esta sugestão aos serviços competentes da Câmara Municipal de Santarém para o estudo e análise, sendo certo que a centralidade de Santarém relativamente ao resto do País é, certamente, um factor a ter em conta.-----

--- O CDS–Partido Popular quer aproveitar esta ocasião para se congratular com o facto de a sua recomendação relativamente ao arranjo das estradas do Campo do Rossio ter tido eco junto da Câmara Municipal de Santarém o que levou à reparação das mesmas em benefício das populações que delas necessitam para os fins mais nobres do concelho que é a produção agrícola de que tanto nos orgulhamos”.-----

--- Foi dada a palavra ao senhor **Aires Lopes** que salientou a importância da construção de um forno crematório tendo em conta a falta deste tipo de equipamento no País.-----

--- Interveio, a seguir, o senhor **Vítor Varajão** congratulando-se com a Recomendação apresentada, chamando a atenção para a legislação existente em relação a esta matéria. --

--- Depois, usou da palavra o senhor **Albertino Pisca Eugénio** manifestando a sua concordância com a Recomendação apresentada, salientando os baixos custos deste tipo de serviços.-----

--- Seguidamente, tomou a palavra o senhor **Pedro Veloso** referindo que subscreve na íntegra a presente Recomendação.-----

--- Interveio, a seguir, o senhor **José Luís Cruz** questionando se se justifica este tipo de investimento tendo em atenção que os fornos do Cemitério do Alto de S. João apenas funcionam três vezes por semana.-----

--- Usou, a seguir, da palavra o senhor **João Madeira Lopes** manifestando alguma dúvida relativamente ao custo e à rentabilização deste tipo de equipamento. -----

--- Por último, foi dada a palavra ao senhor **Albertino Pisca Eugénio** para referir que o que está em causa é, efectivamente, a rentabilização do investimento. -----

--- Dada a ausência de mais oradores, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a proposta de Recomendação em epígrafe, tendo sido **aprovada por maioria**, com trinta e nove votos a favor, zero votos contra e catorze abstenções. -----

--- Tendo em conta a urgência destes assuntos e o preceituado no número três, do artigo noventa e dois, da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei número cinco – A/dois mil e dois, de onze de Janeiro, o senhor Presidente da Assembleia submeteu a votação a aprovação em minuta dos **Pontos Um, Três, Quatro, Cinco e Seis**, tendo sido aprovados por unanimidade, nestas condições para que possam produzir efeitos imediatos. -----

--- Eram uma hora do dia seguinte, quando o senhor **Presidente da Assembleia** deu por suspensos os trabalhos. -----

--- Aos dez dias do mês de Janeiro do ano de dois mil e três, pelas vinte e uma horas e quarenta minutos, reuniu a Assembleia Municipal de Santarém em continuação da sessão ordinária de Dezembro, no Salão Nobre do Governo Civil, na cidade de Santarém, com a restante Ordem de Trabalhos. -----

--- O senhor **Presidente da Assembleia** ordenou que se procedesse à chamada, tendo-se verificado as seguintes presenças: -----

--- José Miguel Correia Noras, Luís Alberto Ferreira Leitão, Aires Manuel Gaspar Duarte Lopes, Carla Andreia Costa dos Santos, Carlos Manuel Luís Catalão, Cláudio José Viveiros Sarmento da Silva, Celso Ricardo Pimenta Braz, Eurico Mateus Guerra Saramago, Francisco Miguel Baudoin Madeira Lopes, Hélder Nuno Jesus Cruz Oliveira

ACTA Nº. 08/2002
Sessão Ordinária de Dezembro
1ª Reunião 27 de Dezembro de 2002
2ª Reunião 10 de Janeiro de 2003

Pombo, João Luís Madeira Lopes, Jorge Manuel Assunção Ferreira da Costa Rosa, José António Pisco Borrego, José Luís Marques Cabrita, José Luís Marques Ferreira da Cruz, José Manuel Gaspar, Leonel de Matos Martinho do Rosário, Luís Filipe Fragoso Carvalho de Almeida, Manuel Albino da Conceição Rosa, Maria dos Anjos Santos Neves Patusco, Mónica Isabel Duarte Mendonça, Nuno Miguel Freire Castelbranco, Pedro Nuno Pimenta Braz, Ricardo Zarco Martinho do Rosário, Rosalina da Piedade Melro Blaser Gaspar, Vasco Navarro da Graça Moura, Vicente Carlos Flor Batalha, e Vítor Manuel de Sousa Varajão.-----

--- **Presidentes de Junta:**-----

--- Ezequiel Azinheira Louro, Joaquim Júlio da Luz Saramago, António Manuel Simões Cordeiro Duarte, Fernando Manuel Tomé da Silva, Joaquim da Silva Lucas da Graça, Basílio Duarte Oleiro, Ricardo Gonçalves Ribeiro Gonçalves, Luís Manuel Madeira Mena Esteves, Diamantino Carvalho Vicente, Joaquim Manuel Gaspar Aniceto, Francisco Alberto Serrão Patrício, Sebastião Morgado Ribeiro, Mário José Rodrigues dos Santos, Carlos Manuel Beirante Gomes Beja, Francisco José Viegas Santos, Joaquim Manuel Barreiros Mateiro, José António Coelho Madeira, António João Ferreira Henriques, Luís Manuel Graça Batista, Ricardo Luís da Costa, Vítor Manuel da Costa de Oliveira Gaspar, José Daniel Graça Madeira, Vítor Manuel Damas Pinto da Rocha, Firmino Joaquim Prudêncio D' Oliveira e Joaquim António Salgado Canha.-----

--- **Verificaram-se as seguintes ausências:**-----

--- Pedro Miguel Rodrigues Neves Veloso e Manuel Joaquim Vieira, Presidente da Junta de Freguesia de Alcanede.-----

--- Confirmada a existência de quórum, o senhor **Presidente da Assembleia** declarou aberta a sessão, informando da renúncia de mandato do senhor Albertino Filipe Pisca Eugénio, da bancada do PSD.-----

--- Procedeu, a seguir, à verificação da identidade e legitimidade do eleito, senhor **Cláudio José Viveiros Sarmiento da Silva**, nos termos do artigo setenta e nove, da Lei

número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei número cinco–A/dois mil e dois, de onze de Janeiro. -----

--- A seguir, o senhor **Presidente da Assembleia** informou que por se tratar de uma reunião em continuação da sessão ordinária de Dezembro e, de acordo com a Lei e o Regimento, não haveria lugar ao Período de Antes da Ordem do Dia. Contudo, face ao falecimento do senhor doutor João Amaral, propôs a aprovação de um Voto de Pesar, em sua memória, tendo o Plenário concordado. -----

--- Pelos líderes das bancadas do PS, do PSD, da CDU, do CDS-PP e o eleito Independente foi apresentado o seguinte **Voto de Pesar**: -----

--- “Foi estudante na Escola de S. Bento, em Santarém.-----

--- Frequentou o nosso Liceu Sá da Bandeira. -----

--- Foi parlamentar ilustre durante vinte e seis anos na Assembleia da República ocupando o lugar de vice-presidente.-----

--- Político combativo e digno, João Amaral morre aos cinquenta e nove anos. -----

--- A Assembleia Municipal de Santarém expressa o seu Voto de Pesar por esta perda precoce do Político, do Autarca, do Homem”. -----

--- Submetido a votação o Voto de Pesar, foi o mesmo **aprovado por unanimidade**. ----

--- De imediato foi prestado um minuto de silêncio em memória do senhor doutor João Amaral. -----

--- Seguidamente, o senhor **Presidente da Assembleia** propôs a introdução da proposta “Participação da Câmara Municipal de Santarém na PARQUISCALABIS – Parque de Negócios de Santarém, S.A., e aprovação dos respectivos Estatutos” como último ponto da respectiva Ordem de Trabalhos, destacando que este assunto vem na sequência do que foi já oportunamente aprovado por esta Assembleia. -----

--- Solicitou a palavra o senhor **Vasco da Graça Moura** para referir que nada tem a opor à inclusão deste assunto na Ordem de Trabalhos. Contudo aquilo que agora é proposto

ACTA Nº. 08/2002
Sessão Ordinária de Dezembro
1ª Reunião 27 de Dezembro de 2002
2ª Reunião 10 de Janeiro de 2003

nada tem a ver com a anterior deliberação, salientando que o que vier agora a ser deliberado não pode ser limitado pela anterior deliberação.-----

--- Submetida a votação a introdução da proposta acima referida, como último ponto da respectiva Ordem de Trabalhos, foi a mesma **aprovada por unanimidade**.-----

--- Seguidamente deu-se início à continuação do **PERÍODO DA ORDEM DO DIA** com o **PONTO SEIS – PROPOSTAS DE MOÇÃO/RECOMENDAÇÃO**.-----

--- Pelo senhor **Albertino Pisca Eugénio** foram apresentados um conjunto de documentos que ficam apensos à presente acta dispensando-se a sua transcrição nos termos da Lei.-----

--- Interveio o senhor **Leonel Martinho do Rosário** considerando que com a renúncia de mandato do senhor deputado Pisca Eugénio esta Assembleia ficou mais pobre.-----

--- Solicitou, depois, a palavra o senhor **João Madeira Lopes** que começou por tecer algumas considerações em relação à Recomendação sobre o Monumento ao Vinte e Cinco de Abril.-----

--- Salientou que a CDU não se oporá à proposta acerca da zona ajardinada junto à Avenida do Brasil, desde que a mesma não passe de uma recomendação ao Executivo. --

--- A seguir usou da palavra o senhor **Vasco Graça Moura** lamentando o abandono precoce do senhor Albertino Pisca Eugénio, salientando os conhecimentos por ele evidenciados.-----~

--- Depois interveio o senhor **Vicente Batalha** sublinhando tudo aquilo que foi dito acerca do senhor Albertino Pisca Eugénio.-----

--- Associou-se aos documentos apresentados, destacando a proposta sobre o Centro de Saúde de Santarém e a Extensão de Saúde de S. Nicolau, referindo que a mesma deveria ser transformada numa moção.-----

--- Foi dada, a seguir, a palavra ao senhor **Presidente da Câmara** que referiu que o Executivo ainda não tomou qualquer decisão relativamente ao Monumento ao Vinte e

Cinco de Abril, apesar de ter aparecido um investidor que se comprometeu suportar cinquenta por cento do total do custo do mesmo, faltando garantir a parte restante. -----

--- Dada a inexistência de mais intervenções, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação as seguintes propostas da autoria do senhor **Albertino Pisca Eugénio**:-----

--- **Centro de Saúde de Santarém e Extensão de Saúde de Santarém**:-----

--- “Estando a Assembleia Municipal, assim como o Executivo, representados na Comissão Concelhia de Saúde, de acordo com o número um do artigo décimo segundo do Decreto-Lei trezentos e trinta e cinco, de vinte e nove de Setembro, julgamos da maior importância que a Assembleia Municipal, tendo presente o PIDDAC para dois mil e três que inviabiliza a execução da construção da Extensão de Saúde de S. Nicolau, assim como a construção do Centro de Saúde de Santarém, tome posição relativamente a estas questões, em primeira instância junto da Comissão Concelhia de Saúde, que aliás este ano, ao que sabemos, ainda não reuniu. -----

--- Deixamos à consideração da Assembleia Municipal, nomeadamente aos respectivos representantes dos Grupos Municipais, esta iniciativa, da qual seria conveniente que fosse proposta uma Moção à Assembleia Municipal”.-----

--- Submetida a votação a proposta em epígrafe, foi a mesma **aprovada por unanimidade**, com a recomendação de ser transformada numa Moção, pelos Líderes dos Partidos Políticos. -----

--- **Recomendação**:-----

--- “Na zona ajardinada lateral esquerda da Avenida do Brasil, situada junto à evolvente do edifício designado por Rodoviária Nacional ou Ribatejana, no sentido Sul-Norte, existe um espaço ocupado por um conjunto de mesas e bancos de pedra, que é utilizado para merendar e também como zona de lazer e encontro dos cidadãos que se encontram em situação de aposentação e reforma; -----

ACTA Nº. 08/2002
Sessão Ordinária de Dezembro
1ª Reunião 27 de Dezembro de 2002
2ª Reunião 10 de Janeiro de 2003

--- Verifica-se que o espaço não dispõe de qualquer tipo de protecção, pelo que só poderá ser utilizado quando as condições climatéricas o proporcionarem; -----

--- Acresce que a zona ajardinada, exactamente naquele espaço, se encontra praticamente abandonada, com deficiências nas zonas de circulação dos cidadãos; -----

--- Do exposto pode concluir-se que desde que as condições climatéricas não o proporcionem o espaço não pode ser utilizado; -----

--- Atendendo a que existe junto ao espaço que citamos um lago que desde há muito não se encontra activo, e porque reputamos prioritário que os cidadãos idosos disponham de um espaço capaz de utilizar em qualquer época do ano, apresentamos a seguinte Recomendação: -----

--- Que a área adjacente ao espaço de lazer, e, eventualmente integrando o lago, possam constituir um conjunto coberto a estudar pelos técnicos competentes quanto ao seu impacto paisagístico, tendo presente que na parte Sul da mesma zona ajardinada já se encontra um espaço coberto constituído pela Biblioteca”. -----

--- Submetida a votação a Recomendação em epígrafe, foi a mesma **aprovada por unanimidade**. -----

--- Pelo senhor **Francisco Miguel Baudoin Madeira Lopes**, foi apresentada a seguinte **Moção/Recomendação**: -----

--- “Tendo em conta que as entidades públicas têm particulares responsabilidades na adopção das designadas boas práticas ambientais bem como no aprofundamento de uma cultura de responsabilidade e cidadania as quais devem estar presentes, não só no discurso, mas também na prática quotidiana dos seus órgãos e serviços, nomeadamente implementando a política dos três Rs; -----

--- Considerando as enormes quantidades de papel que os órgãos autárquicos todos os dias gastam no funcionamento dos seus múltiplos serviços e tendo presente os impactos ambientais resultantes do processo de fabrico de papel (consumo de matérias primas – em

particular, árvores – de energia e água) possíveis de evitar e/ou reduzir através da generalização da utilização de papel reciclado;-----

--- Considerando a evolução que nos últimos anos se tem registado – quer no que diz respeito aos meios técnicos (fotocopiadoras, impressoras faxes, etc.) quer no que diz respeito à própria qualidade do papel reciclado – que permitiu remover algumas barreiras quanto à utilização do papel reciclado e tornou a sua utilização inofensiva do ponto de vista da qualidade do trabalho e do tempo de trabalho, como demonstra a experiência na Assembleia da República, que desde há cerca de cinco anos, utiliza, em todos os seus serviços, exclusivamente papel reciclado;-----

--- Considerando que os órgãos autárquicos de Santarém devem assumir a dianteira na modernização e inovação de medidas de claro impacto ambiental positivo, prestigiando-se e constituindo-se enquanto referência e postura pedagógica junto das demais instituições e cidadãos;

--- Os membros da CDU na Assembleia Municipal de Santarém propõem:-----

--- A) Que no seu a Assembleia Municipal:-----

--- Um – Passe a adquirir e a utilizar crescentemente papel reciclado, em vez do papel normal (nomeadamente em fotocópias, convocatórias, actas, correspondência, edições, etc.);-----

--- Dois – Sempre que possível, sejam os documentos fotocopiados em frente e verso.---

--- B) Uma Recomendação à Câmara Municipal de Santarém para que:-----

--- Um – Se passe a proceder à aquisição de papel reciclado e à sua crescente utilização nos serviços do Município, nomeadamente em matérias como actas, agendas, convocatórias, boletins, envelopes, convites, edições, na produção/reprodução de documentos e no papel avulso em geral;-----

--- Nos vários serviços do Município sejam os documentos fotocopiados, sempre que possível, em frente e verso;-----

ACTA Nº. 08/2002
Sessão Ordinária de Dezembro
1ª Reunião 27 de Dezembro de 2002
2ª Reunião 10 de Janeiro de 2003

--- Se proceda a uma vasta campanha de informação e sensibilização junto dos serviços acerca das razões pelas quais estes procedimentos devem ser adoptados.-----

--- Foi dada a palavra ao senhor **Francisco Madeira Lopes** que fez a apresentação da sua proposta, realçando a importância do papel reciclado em questões em termos ambientais.

--- Dada a inexistência de mais intervenções, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a **Moção/Recomendação**, tendo sido **aprovada por unanimidade**.

--- Pelo senhor **Pedro Nuno Pimenta Braz** foi apresentada a seguinte **Moção**: -----

“Considerando: -----

--- Um – a necessidade de evitar a desertificação humana do interior do território nacional;-----

--- Dois – que, por conseguinte, será fundamental conceder novos protagonismos às cidades do interior e criar novas centralidades de desenvolvimento; -----

--- Três – que incumbe ao Governo da Nação, proporcionar as condições propícias à eclosão de novas dinâmicas de desenvolvimento; -----

--- Quatro – que urge desconcentrar, verdadeiramente, todo o sector público administrativo, para que este possa desempenhar melhor a sua missão de serviço a todos os cidadãos; -----

--- Cinco – que é importante aliviar Lisboa do seu excessivo peso político, económico e social que, desde sempre, tem exercido sobre a realidade Portuguesa; -----

--- Seis – que é mister iniciar os alicerces sustentados que possibilitem, conduzam e motivem, um verdadeiro consenso nacional sobre uma regionalização rigorosa e credível, que se traduza num verdadeiro serviço às populações; -----

--- Sete – que, naturalmente, a Lisboa urbana está sempre e estará sempre, dissociada da realidade e da especificidade da agricultura portuguesa. -----

--- Oito – que, quer pelas suas condições edafo-climáticas, quer pelo labor das suas gentes, o Ribatejo tem sempre assumido a vanguarda da agricultura portuguesa, constituindo-se como o verdadeiro motor do seu desenvolvimento; -----

--- Nove – que, desde sempre, Santarém e o Ribatejo têm simbolizado uma tipicidade cultural identificativa com o mundo rural português. -----

--- Considerando ainda a saudável intenção do actual Presidente da Câmara Municipal de Lisboa – que saudamos – de retirar todos os Ministérios da Praça do Comércio. -----

--- Vem, deste modo, esta Assembleia Municipal de Santarém, reunida no dia dez de Janeiro de dois mil e três, sugerir e apresentar a total disponibilidade deste concelho, para a instalação da sede do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas na cidade de Santarém, expressando para tal, o total empenhamento dos seus habitantes e Assembleia Municipal, na prossecução de tal desiderato. Acolher este tão nobre serviço do Estado, seria não só motivo de orgulho para todos os Escalabitanos, mas também sinal de modernidade num novo Portugal do séc. XXI. -----

--- Finalmente, solicita-se ao senhor Presidente da Assembleia Municipal de Santarém que envie esta moção ao senhor Presidente da República, ao senhor Presidente da Assembleia da República, ao senhor Primeiro Ministro, ao senhor Ministro da Agricultura, às direcções da CAP e da FNA, às direcções de todos os Grupos Parlamentares da Assembleia da República, a todos os deputados eleitos pelo Distrito de Santarém, a todas as Assembleias Municipais do Distrito e a todos os órgãos de comunicação social regionais e nacionais”. -----

--- Interveio o senhor **João Madeira Lopes** que começou por salientar a dispersidade dos serviços de agricultura na nossa região, considerando ser importante saber qual a posição do Executivo relativamente a esta matéria. -----

--- A seguir, interveio o senhor **Presidente da Câmara** referindo que a Direcção Regional de Agricultura do Ribatejo e Oeste já se encontra sedeadada em Santarém. -----

--- Quanto ao teor da Moção, considerou não lhe parecer correcto estar a tecer quaisquer considerações, em virtude de a mesma ainda não ter sido apreciada pelo Executivo. -----

ACTA Nº. 08/2002
Sessão Ordinária de Dezembro
1ª Reunião 27 de Dezembro de 2002
2ª Reunião 10 de Janeiro de 2003

--- Usou, depois, da palavra o senhor **Pedro Braz** salientando que a Moção tem como objectivo melhorar a tendência de um litoral cada vez mais populoso e um interior cada vez mais desertificado. -----

--- Dada a inexistência de mais intervenções, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a **Moção**, tendo sido **aprovada por maioria**, com dezoito abstenções. -----

--- Pelo senhor **Vicente Carlos Flor Batalha** foi apresentada a seguinte proposta:-----

--- “Considerando a importância estratégica para o desenvolvimento regional, e para o desenvolvimento do próprio concelho de Santarém, em termos da dinâmica económica e empresarial, em particular, PROPÕE-SE: -----

--- ao abrigo do artigo segundo , alínea j), do Regimento da Assembleia Municipal, a criação de uma Comissão de estudo e dinamização de um processo tendente à concretização de uma saída da auto-estrada número um, nas imediações da actual Área de Serviço de Santarém, presidida pelo Presidente da Assembleia e composta por um elemento de cada força política e o eleito independente”. -----

--- Para integrarem a respectiva Comissão foram indicados os senhores **José Luís Cruz (PS)**, **Vítor Varajão (PSD)**, **Aires Lopes (CDS-PP)** e **Ricardo Luís Costa (Independente)**.-----

--- Interveio o senhor **Leonel Martinho do Rosário** manifestando a sua concordância relativamente à finalidade da proposta. Todavia, levantou algumas dúvidas quanto à capacidade da comissão de estudo vir a criar um “lobby” com vista à concretização dos seus objectivos. -----

--- Usou da palavra, a seguir, o senhor **Vicente Batalha** que concordou com a intervenção do anterior orador, referindo ser esta uma proposta aberta a sugestões, salientando ter noção das dificuldades em relação a esta matéria.-----

--- Dada a inexistência de mais intervenções, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a proposta, tendo sido **aprovada por unanimidade**.-----

--- **PONTO SETE – GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM PARA O ANO DE DOIS MIL E TRÊS.**

--- Pela Câmara foi presente a seguinte proposta: -----

--- “Dando sequência à deliberação camarária de vinte e sete de Dezembro, cabe-me propor à Exm^a. Assembleia a aprovação das **Grandes Opções do Plano e Orçamento da Câmara Municipal de Santarém para dois mil e três**, nos termos da alínea b), do número dois, do artigo cinquenta e três, da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei cinco-A/dois mil e dois, de onze de Janeiro”.-----

--- Interveio o senhor **José Luís Cabrita** que começou afirmando que as responsabilidades pelo não cumprimento dos prazos, legalmente estabelecidos para aprovação destes documentos, cabem única e exclusivamente ao Partido Socialista. -----

--- Porque incapaz de cumprir as suas obrigações enquanto força maioritária na administração e na gestão do concelho de Santarém, preocupado com o “orçamento participativo” esqueceu-se que o orçamento também tinha de ser participado pelos vereadores da oposição e pelos presidentes de Junta de Freguesia. -----

--- Criticou a ausência de uma estratégia política para o concelho, salientando existir uma confusão inexplicável entre o Plano Plurianual de Investimento e as Grandes Opções do Plano. -----

--- Prosseguiu, tecendo algumas considerações, em relação ao Plano Plurianual de Investimento, referindo não entender a expressão “aprofundar das relações políticas e financeiras com as Juntas de Freguesia que vêm garantidas ” quando os valores a transferir para as Juntas de Freguesia para dois mil e três em nada são comparáveis aos de dois mil e dois. -----

ACTA Nº. 08/2002
Sessão Ordinária de Dezembro
1ª Reunião 27 de Dezembro de 2002
2ª Reunião 10 de Janeiro de 2003

--- Manifestou a sua estranheza pela ausência de qualquer referência à auditoria às contas da Câmara Municipal, considerando ser este o momento oportuno para ser dada uma explicação a esta Assembleia. -----

--- Referiu que o orçamento apresentado evidencia claramente a incapacidade da maioria Socialista do Executivo Municipal e mais não é do que a consagração casuística de verbas, privilegiando as despesas correntes, o que evidencia a ausência de qualquer estratégia de desenvolvimento para o concelho de Santarém, concluiu.-----

--- A seguir, usou da palavra o senhor **Leonel Martinho do Rosário** desvalorizando as críticas efectuadas pelo anterior orador, considerando que um orçamento evidencia sempre um conjunto de expectativas.-----

--- Referiu ser um orçamento de sessenta milhões de euros que, em seu entender, não pode ser associado a que nada está previsto. -----

--- Salientou que cerca de sessenta por cento deste valor está consignado como despesas de capital, enquanto as despesas correntes rondam os quarenta por cento, razão pela qual as expectativas têm muitas possibilidades de se tornarem realidade. -----

--- Focou as transferências para as freguesias e, concluiu sublinhando que o orçamento prevê um investimento médio mensal na ordem dos cinco milhões de euros. -----

--- Depois, interveio o senhor **Basílio Oleiro**, Presidente da Junta de Freguesia de Arneiro das Milhariças, referindo ter conhecimento das dificuldades financeiras da Autarquia. Todavia, no seu entender, os dinheiros quando são escassos devem ser distribuídos um pouco por todos. -----

--- Salientou a ausência de qualquer verba para a sua freguesia, para o ano de dois mil e três. -----

--- Referiu não estar inscrito em orçamento uma verba de oitenta e três mil quinhentos e noventa e três euros, referentes a obras assumidas pelo actual Executivo.-----

--- Foi dada a palavra, a seguir, ao senhor **Luís Batista**, Presidente da Junta de Freguesia de Romeira, referindo estar na presença de um Orçamento de sessenta milhões de euros,

dos quais trinta e quatro por cento se destina a despesas correntes e sessenta e seis por cento a despesas de capital.-----

--- Salientou que grande parte das despesas correntes são concernentes a pessoal e à aquisição de serviços, tal como acontece na maioria dos outros municípios.-----

--- Referiu-se a algumas obras previstas para a sua freguesia, destacando que o saneamento básico foi o investimento considerado mais importante, para a mesma.-----

--- Realçou as transferências para as Juntas de Freguesias, considerando estarem criadas condições para se votar favoravelmente este Orçamento.-----

--- De seguida, interveio o senhor **Ricardo Martinho do Rosário** que realçou os Planos de Ordenamento do Território levados a cabo pela Câmara Municipal de Santarém, os quais têm merecido a aprovação unânime de toda a vereação camarária.-----

--- Referiu que o povo, através do seu voto democrático, tem dado ao Partido Socialista a gestão do concelho, desde mil novecentos e setenta e seis, não lhe parecendo que a mesma tenha sido tão ruínosa. Talvez não tenha sido luminosa, mas foi a possível, concluiu.-----

--- Tomou, seguidamente, a palavra o senhor **Joaquim Lucas da Graça**, Presidente da Junta de Freguesia de Amiais de Baixo, congratulando-se pelo número de obras contempladas pelo Orçamento, apelando a todos os seus colegas Presidentes de Junta que esqueçam as cores partidárias.-----

--- Usou da palavra, a seguir, o senhor **Diamantino Vicente**, Presidente da Junta de Freguesia de Casével, considerando não haver Juntas de Freguesia da oposição, mas sim vinte oito Juntas do concelho.-----

--- Referiu que o Plano de Actividades e Orçamento é um instrumento eminentemente político, questionando em que fase de execução se encontra o Orçamento de dois mil e dois.-----

--- Referiu-se às obras previstas em Orçamento para a sua freguesia, solicitando esclarecimentos em relação à verba de mil e quinhentos euros para a recuperação da rede

ACTA Nº. 08/2002
Sessão Ordinária de Dezembro
1ª Reunião 27 de Dezembro de 2002
2ª Reunião 10 de Janeiro de 2003

viária de Casével.-----

--- Foi dada a palavra, a seguir, ao senhor **Vicente Batalha** que manifestou a sua insatisfação em relação ao documento apresentado, o qual defraudou as suas expectativas. -----

--- Lamentou a ausência de qualquer referência à execução do orçamento de dois mil e dois, considerando não existir qualquer controlo orçamental. -----

--- Questionou se houve ou não um aumento da dívida face ao ano anterior, salientando existir um acréscimo significativo das despesas correntes comparativamente com dois mil e dois. -----

--- Destacou existirem investimentos que se arrastam de orçamento em orçamento sem fim à vista.-----

--- Prosseguiu, solicitando esclarecimentos em relação a uma verba de dez milhões quatrocentos e noventa e sete euros na rubrica “terrenos outros”.-----

--- Concluiu, afirmando que a lógica do seu voto será com base nas respostas dadas às questões colocadas. -----

--- Depois, interveio o senhor **Fernando Tomé da Silva**, Presidente da Junta de Freguesia de Almoester, considerando o Orçamento bastante positivo, no global das obras previstas para o concelho, realçando que as despesas de capital são superiores às despesas correntes, facto que lhe apraz registar. -----

--- A seguir, o senhor **Jorge Costa Rosa** proferiu a seguinte intervenção: -----

--- “O Partido Social Democrata na Assembleia Municipal de Santarém, vota contra o Orçamento e as Grandes Opções do Plano, porquanto uma vez mais considera não ser este o seu orçamento, nem o orçamento a que os munícipes do concelho de Santarém, anseiam e têm direito.-----

--- Há um ano atrás considerámos que o Orçamento não justificava a expressão que “a Câmara estava tecnicamente falida”, porquanto se assistia a um aumento da despesa corrente e a um decréscimo da despesa de capital. -----

--- Hoje, verificamos que estamos pior, do que há um ano.-----

--- As despesas correntes continuam a aumentar a um ritmo elevado (em relação a dois mil e um, mais trinta e um por cento), e apenas quatro por cento do orçamento se destina a novos projectos de investimento que terão o seu início em dois mil e três.-----

--- De salientar que mesmo estes quatro por cento não são reais, porque dizem respeito a obras que na sua grande parte serão financiadas pelo Governo.-----

--- É um orçamento despesista, ainda mais despesista que o anterior.-----

--- E se todas as despesas correntes estivessem orçamentadas, o peso seria ainda maior. É grande o valor e longa a lista das rubricas em que se verifica também uma desorçamentação das despesas correntes, indicadas como “financiamento não definido”. Isto agrava ainda mais o valor da despesa corrente.-----

--- Dissemos aqui há um ano, que “não se devem gastar os poucos recursos, bens que se esgotam no próprio exercício, deve-se isso sim, canalizar os poucos recursos financeiros para o investimento”.-----

--- O nosso orçamento seria aquele que reduziria o supérfluo, aquele que iria gastar com sensatez.-----

--- Reduzindo despesas correntes e despesas não essenciais.-----

--- Reduzindo os gastos nas horas extraordinárias, os gastos na publicidade, os gastos nalguns bens e, serviços e, avenças...-----

--- Um orçamento que contemplasse verbas destinadas ao desenvolvimento económico do concelho, trazendo-lhe energia, dinamismo, vitalidade, vontade de viver e de gostar de aqui viver.-----

--- Um orçamento que contemplasse verbas, a serem investidas numa melhor rede viária, numa eficiente rede de transportes, numa maior cobertura de saneamento básico, a uma melhor qualidade de vida dos nossos munícipes.-----

--- Estas foram as propostas do PSD, defendidas e apresentadas na Câmara pelos nossos vereadores.-----

ACTA Nº. 08/2002
Sessão Ordinária de Dezembro
1ª Reunião 27 de Dezembro de 2002
2ª Reunião 10 de Janeiro de 2003

--- Reduzir as despesas correntes canalizando esses recursos para projectos de investimento, que viriam desenvolver este concelho, tanto do ponto de vista económico, como do ponto de vista social.-----

--- É impossível compactuar com um executivo que gasta mais de cinco mil euros (mil contos) por semana em publicidade, e faz orelhas moucas, ou ignora pura e simplesmente, os pedidos, os desejos, os anseios, da população que reclama há muitos anos, mais infra-estruturas, mais investimento, mais progresso, mais bem estar. -----

--- Termino como há um ano atrás, mas mais desiludido: -----

--- Este não é seguramente o nosso orçamento, não é o orçamento possível, nem tão pouco o orçamento que os munícipes do concelho de Santarém têm direito”.-----

--- Interveio, a seguir, o senhor **Pedro Braz** congratulando-se com a qualidade do presente documento, considerando ser um dos melhores Orçamentos jamais apresentado pela Câmara Municipal de Santarém. -----

--- Referiu ser um Orçamento de certa forma despesista porque o mesmo vai ao encontro dos anseios da população. É um Orçamento que espelha o projecto político do PS para o concelho de Santarém, e que apresenta perspectivas de futuro e vontade de inovação e rigor nos investimentos a realizar. -----

--- Desafiou o senhor Presidente da Câmara Municipal de Santarém a aprofundar, em próximo Orçamento, a participação dos cidadãos do concelho. -----

--- Seguidamente, usou da palavra o senhor **José Luís Cruz** lamentando a forma como o PS foi tratado pela CDU. -----

--- Considerou o Orçamento para dois mil e três um bom Orçamento, não o melhor, não aquele que o PS gostaria de apresentar, mas aquele que, mesmo marcado pelas condicionantes externas, nomeadamente a fase final do Terceiro Quadro Comunitário de Apoio, os compromissos assumidos anteriormente com a banca e fornecedores de bens e serviços e os gravosos constrangimentos financeiros determinados pelo PIDDAC, irá permitir, fruto do esforço de auto-financiamento da autarquia, um número significativo

de projectos a realizar.-----

--- Depois, tomou a palavra o senhor **Joaquim Aniceto**, Presidente da Junta de Freguesia de Gançaria, que se congratulou com as obras previstas para algumas freguesias do concelho, questionando, no entanto, se as restantes são paisagem. -----

--- Foi dada a palavra, a seguir, ao senhor **Firmino Oliveira**, Presidente da Junta de Freguesia de Vaqueiros, estranhando que as obras na estrada do Moseiro iniciadas com todo o aparato tenham sido suspensas sem qualquer tipo de informação.-----

--- De seguida, interveio o senhor **Carlos Catalão** que referiu estar implícito nas Grandes Opções do Plano e Orçamento o rigor e a boa capacidade de gestão do Executivo Municipal, no respeito pelos compromissos assumidos e que têm sabido manter a confiança dos eleitores do concelho ao longo dos anos, prova cabal da capacidade de interpretar os anseios da população. -----

--- Referiu que o ordenamento do território tem sido uma peça fulcral neste mandato, realçando os diversos planos de pormenor lançados e a revisão do Plano Director Municipal.-----

--- Salientou as preocupações da autarquia na questão da habitação social, apesar das limitações ao crédito. -----

--- Disse que para o aumento das despesas correntes muito contribuiu a implementação do POCAL que fez com que muitas das despesas anteriormente consideradas de capital passassem a figurar como despesas correntes. Sublinhou ainda, que pela primeira vez o Orçamento irá contabilizar os encargos com a manutenção do Complexo Aquático. -----

--- Concluiu, afirmando estarem reunidas condições para se poder oferecer aos munícipes mais e melhores condições de vida com a aprovação deste Orçamento. -----

--- A seguir, no uso da palavra o senhor **Presidente da Assembleia** manifestou, publicamente, o seu apreço pela elevada competência técnica e acentuada honestidade profissional com que a antiga Chefe de Divisão Financeira da Câmara Municipal de Santarém, Idalina Oliveira (e todas as suas colegas), preparavam e continuam a preparar

ACTA Nº. 08/2002
Sessão Ordinária de Dezembro
1ª Reunião 27 de Dezembro de 2002
2ª Reunião 10 de Janeiro de 2003

estes documentos. -----

--- Lembrou, enquanto antigo membro do Executivo Municipal, os frequentes elogios rasgados por parte de toda a vereação camarária relativamente à forma elaborada, justificada e criteriosa, como a documentação proveniente do Departamento Administrativo e Financeiro era apresentada. -----

--- Adiantou, ainda, tratar-se de uma referência que não poderia deixar de fazer, em virtude da extrema dedicação desta colaboradora e ex-funcionária da autarquia. -----

--- Em relação ao Orçamento, referiu que a Lei cinco-A/dois mil e dois, de onze de Janeiro, veio dar maior autonomia às Assembleias Municipais as quais dispõem de orçamento próprio com vista ao seu funcionamento. -----

--- Salientou que o Executivo Municipal trancou as verbas do Orçamento apresentado pela Mesa desta Assembleia e remetido à Câmara acompanhado da respectiva Acta, concluindo que são os valores aprovados pela Mesa que devem ser considerados no orçamento da Assembleia e não quaisquer outros que a Câmara tenha inscrito no documento em causa. -----

--- Depois, interveio novamente o senhor **José Luís Cabrita** esclarecendo que a CDU tem mantido uma postura no sentido de criar as condições necessárias e indispensáveis ao funcionamento do Executivo Municipal. -----

--- Salientou que, quer pessoalmente, quer a CDU, têm o máximo de respeito por todas as forças partidárias. -----

--- Usou da palavra, a seguir, o senhor **Vítor Manuel Gaspar**, Presidente da Junta de Freguesia de Santa Iria da Ribeira de Santarém, referindo que o presente Orçamento no que respeita a investimentos para a sua freguesia, promete mudanças significativas. -----

--- Manifestou algumas dúvidas em relação à habitação social e à recuperação de casas degradadas, perguntando como é que este Orçamento poderá dar ajuda e esperança à população da Ribeira de Santarém para o ano de dois mil e três. -----

--- Prosseguiu tecendo algumas considerações relativamente ao Projecto Al-Margem,

manifestando a sua preocupação quanto à fase de execução desta obra co-financiada que já deveria estar concluída, pelo menos a primeira fase.-----

--- Solicitou esclarecimentos em relação ao início das obras de recuperação da Casa da Portagem.-----

--- Considerou que o Orçamento é, de certa forma, uma clonagem do Orçamento de dois mil e dois, referindo ser um documento com algumas dúvidas e incertezas de concretização, cativo da dívida e da baixa taxa de execução do Orçamento de dois mil e dois. -----

--- Disse que a Ribeira de Santarém espera há mais de duas décadas por uma intervenção séria e eficaz. O PS prometeu muito e ainda fez muito pouco. São necessárias medidas concretas e reais para que a população acredite que o actual Executivo é capaz de mudar para melhor, investindo na qualidade de vida e no desenvolvimento deste bairro que tanto deu a Santarém, concluiu.-----

--- Seguidamente, interveio o senhor **António Simões Duarte**, Presidente da Junta de Freguesia de Alcanhões, sublinhando que este Orçamento é, efectivamente, um rol de expectativas embrulhadas num manto de esperanças.-----

--- Considerou haver uma suspeição de que existem freguesias mais beneficiadas que outras, perguntando se a Câmara pretende reformular o Gabinete de Apoio às Freguesias e dar ao secretariado as funções que estão definidas. -----

--- Quis saber para quando são definidas o valor das verbas a atribuir a cada Junta de Freguesia para o alargamento dos cemitérios.-----

--- Afirmou ser um erro estratégico, ao nível do saneamento básico, do Executivo Municipal dar início a seis ou sete obras sem ter concluído as já iniciadas há anos, dando como exemplo que a rede de esgotos de Alcanhões já se encontra concluída acerca de duas décadas e que por muito pouco ainda não se encontra a funcionar.-----

--- Concluiu, solicitando esclarecimentos em relação à verba atribuída para a recuperação da estrada do campo.-----

ACTA Nº. 08/2002
Sessão Ordinária de Dezembro
1ª Reunião 27 de Dezembro de 2002
2ª Reunião 10 de Janeiro de 2003

--- Depois, retomou a palavra o senhor **Leonel Martinho do Rosário** registando com agrado as palavras de esclarecimento proferidas pelo senhor José Luís Cabrita.-----

--- Seguidamente, foi dada a palavra ao senhor **Presidente da Câmara** que começou por referir que as diferentes posições de voto, de cada um, são legítimas em democracia.-----

--- Salientou que o orçamento tem como principal objectivo dar satisfação aos anseios das populações das freguesias do concelho.-----

--- Referiu que o Arneiro das Milhariças dispões de uma verba duzentos e cinquenta e oito mil contos, tendo sido inclusive assegurado o pagamento das obras já realizadas.----

--- Discordou da comparação das despesas correntes de dois mil e três com as do ano dois mil e um, considerando não ter havido, de certa forma, aumento das referidas despesas correntes se forem tidos em conta os índices de inflação e as novas regras orçamentais agora vigentes.-----

--- Prestou alguns esclarecimentos em relação às intervenções previstas para as freguesias, informando que a obra da estrada do Moseiro será executada, acrescentando que os trabalhos foram suspensos devido ao mau tempo e à necessidade de ser construído um muro de suporte das terras.-----

--- Considerou que o projecto Al-Margem não está muito atrasado, tendo em atenção as intempéries, salientando estarem a ser tomados procedimentos com vista à candidatura da segunda fase do referido projecto.-----

--- Referiu em relação à execução orçamental existirem obras que, efectivamente, não foram realizadas por diversos motivos, dando conta de que existem condições para que a Comissão de Acompanhamento do PPI possa funcionar em pleno no decurso de dois mil e três.-----

--- Destacou as medidas levadas a efeito no tocante ao ordenamento do território no concelho.-----

--- Realçou as intervenções no âmbito do programa POLIS e a candidatura ao Viver Santarém que irá permitir a requalificação urbana da cidade e zonas evolventes.-----

--- Sublinhou ser, em sua opinião, um Orçamento marcante que traça linhas de rumo e objectivos bem definidos que irá influenciar futuros orçamentos. -----

--- Salientou o esforço efectuado pelo Executivo no sentido da fixação de novas empresas no concelho, realçando que uma nova saída da auto-estrada número um poderá vir a ser um contributo importante para o desenvolvimento da zona norte do concelho. --

--- Concluiu, destacando o trabalho desenvolvido no sentido de poder dotar Santarém de um complexo turístico com um campo de golfe, de modo a termos um concelho que dê gosto cá viver. -----

--- A seguir, foi dada a palavra ao senhor **Vicente Batalha** referindo que o senhor Presidente da Câmara não respondeu à pergunta sobre a rubrica “terrenos outros”.-----

--- Aproveitou para esclarecer que, enquanto Vereador no mandato entre mil novecentos e noventa e oito e dois mil e um, assume todas as suas responsabilidades para o bem e para o mal, em relação às posições tomadas.-----

--- Por último, o senhor **Presidente da Câmara** esclareceu a rubrica destina-se a terrenos com potencialidades de poderem vir a ser alienados. -----

--- Esgotadas as intervenções, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a proposta relativa às **Grandes Opções do Plano e Orçamento Câmara Municipal de Santarém para o ano de dois mil e três**, nos termos da alínea b), do número dois, do artigo cinquenta e três, da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei número cinco - A/dois mil e dois, de onze de Janeiro, tendo sido **aprovada por maioria**, com vinte e quatro votos a favor, dezasseis votos contra e treze abstenções. -----

--- Foram efectuadas as seguintes Declarações de Voto: -----

--- Senhora **Rosalina Melro**:-----

--- “Analisada e discutida a Proposta da Câmara Municipal de Santarém sobre as Grandes Opções do Plano e Orçamento da Câmara Municipal de Santarém para o ano de

ACTA Nº. 08/2002
Sessão Ordinária de Dezembro
1ª Reunião 27 de Dezembro de 2002
2ª Reunião 10 de Janeiro de 2003

dois mil e três, a CDU absteve-se na votação pelos seguintes motivos: -----

--- Primeiro—A proposta padece de carências graves a nível das Grandes Opções do Plano, na prática tecnicamente inexistente, já que não vão além da Introdução; -----

--- Segundo—Os restantes e reduzidos itens traduzem-se em insuficientes palavras de sustentação acerca das propriedades, dos investimentos, dos projectos, das receitas e das despesas;-----

--- Terceiro—A Proposta confunde expressa e inexplicavelmente o Plano Plurianual de Investimento com as Grandes Opções do Plano;-----

--- Quarto—Quanto ao seu conteúdo ressalta a falta de rigor no cumprimento das expectativas criadas quanto ao investimento em obras há muito ansiadas pelas populações;-----

--- Quinto—Este é um orçamento cativado pelas inúmeras e grandes dúvidas herdadas de mandatos anteriores; -----

--- Sexto—Mas também é um orçamento prisioneiro das políticas anti-sociais do actual governo de coligação (PSD/CDS-PP) que impede o investimento e obriga à estagnação;-

--- Sétimo—Este é um Orçamento em que continuam verbas inscritas com carácter casuístico, porque não definidas as políticas que as sustentam; -----

--- Oitavo—É um orçamento que demonstra a ausência de uma estratégia global; -----

--- Nono—As expectativas criadas pelo instrumento de gestão anterior são defraudadas para a quase totalidade das freguesias do concelho, que não vêm concretizadas as suas prioridades;-----

--- Décimo—O documento apresentado demonstra que não foram tomadas medidas de natureza administrativa, política e financeira adequadas para inverter o rumo da má gestão socialista das últimas décadas; -----

--- Décimo primeiro—O PS não soube ou não quis proceder às alterações que abriam caminho a uma gestão diferente mais próxima dos munícipes, mais descentralizada e participada, capaz de otimizar os recursos existentes; -----

--- Décimo segundo—estamos perante um documentos que demonstra a incapacidade do PS de ouvir as forças políticas que constituem os órgãos autárquicos e de realizar, em tempo útil, trabalho com vista a reunir consensos e a aproveitar as propostas formuladas;

--- Décimo terceiro—A CDU justifica o seu voto de abstenção. Apesar dos motivos que acaba de expor, para evitar mais dificuldades às populações com o atraso no desenvolvimento de obras iniciadas, cujos financiamentos dependem do cumprimento de prazos. A abertura, a final demonstrada de estabelecer uma verdadeira política de participação da oposição consubstanciada por alguns sinais dados de que a Comissão de Acompanhamento da execução orçamental vai funcionar”.-----

--- Senhor **Ricardo Costa**, Presidente da Junta de Freguesia de S. Vicente do Paúl: -----

--- “Votei favoravelmente o Orçamento para dois mil e três porque entendo que as freguesias não podem parar o seu desenvolvimento e, tendo em conta, ainda, que nele estão contempladas verbas destinadas ao pagamento de algumas obras já realizadas na minha freguesia e outra para realizar no corrente ano”. -----

--- Senhor **Mário Rodrigues dos Santos**:-----

--- “Quero perguntar como é que as populações de Alfange, das Caneiras, das Omnias, e do Peso, se deslocam à minha freguesia porque não têm acessibilidades e as que têm são pré-históricas.-----

--- No entanto, se os projectos previstos para a minha freguesia forem executadas, assumo o compromisso de honra que louvarei o Executivo Municipal por isso. Mas, a exemplo de dois mil e dois, não posso ter outro sentido de voto que não este: o voto contra da freguesia de Marvila”. -----

--- O senhor **Jorge da Costa Rosa** considerou a sua intervenção Declaração de Voto. ---

--- Senhor **Carlos Catalão**:-----

--- “O Partido Socialista congratula-se com a aprovação deste Orçamento porque o mesmo vai, certamente, melhorar as condições de vida dos munícipes do nosso concelho. No entanto, não quero deixar de salientar que considero, em face dos pacotes legislativos

ACTA Nº. 08/2002
Sessão Ordinária de Dezembro
1ª Reunião 27 de Dezembro de 2002
2ª Reunião 10 de Janeiro de 2003

e das transferências de competência do Governo para as Câmaras Municipais, o actual modelo de financiamento das autarquias está esgotado. Cada vez mais os custos de manutenção dos equipamentos de suporte à qualidade de vida dos nossos concidadãos onera as finanças locais.-----

--- Considero, assim, que para fazer face ao investimento e suporte das despesas decorrentes da manutenção destes equipamentos deve ser considerado um novo modelo de financiamento das autarquias que coloque o litoral e o interior em igualdade de circunstâncias e que permitam corrigir as assimetrias que cada vez mais são gritantes e provocam a desertificação do nosso interior – correndo-se o risco do litoral tombar para o atlântico, como foi veiculado pela comunicação social –”.-----

--- Senhor **Presidente da Assembleia:** -----

--- “Sublinhando que as dotações para esta Assembleia deverão ser as apresentadas e aprovadas pela respectiva Mesa, declaro ter votado a favor dos documentos oriundos da Câmara (Grandes Opções do Plano e Orçamento), devido às seguintes razões:-----

--- Um–a inscrição, como receita prevista, de uma verba superior a dez milhões de euros, correspondentes a terrenos que anteriores executivos camarários souberam preservar, adquirir e acautelar; -----

--- Dois–a integração de projectos de relevante importância para o desenvolvimento do concelho como é o caso do “ALMARGEM”, que saiu do GTL da Ribeira e de Alfange (criado pela Câmara, em 1999).-----

--- Três–a coerência. Tendo votado favoravelmente as Grandes Opções do Plano e Orçamento para dois mil e dois, teria de manter este sentido de voto, em dois mil e três, já que o orçamento para este ano é a segunda edição do anterior”. -----

--- **PONTO OITO – PARTICIPAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM NA PARQUISCALABIS – PARQUE DE NEGÓCIOS DE SANTARÉM, S.A. E APROVAÇÃO DOS RESPECTIVOS ESTATUTOS.**-----

--- Pela Câmara foi presente a seguinte proposta: -----

--- “Dando sequência à deliberação camarária de vinte e sete de Dezembro, cabe-me propor à Exm^a. Assembleia a aprovação da proposta de **Participação da Câmara Municipal de Santarém na PARQUISCALABIS – Parque de Negócios de Santarém, S.A. e aprovação dos respectivos Estatutos**, nos termos da alínea m), do número dois, do artigo cinquenta e três, da Lei cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei cinco-A/dois mil e dois, de onze de Janeiro, nos precisos termos em que essa deliberação foi tomada na reunião de Câmara acima referida”.

--- Interveio o senhor **José Luís Cabrita** perguntando se as propostas de alteração aos estatutos, apresentadas pela Câmara Municipal de Santarém, tiveram ou não acolhimento nos referidos estatutos.

--- Depois, usou da palavra o senhor **Vasco Graça Moura** referindo não ter qualquer tipo de objecção maior em relação àquilo que é proposto, contudo seria útil clarificar alguns aspectos.

--- Questionou o valor dos quarenta e dois hectares que vão ser transaccionados pelos proprietários, a fim de avaliar se a venda dos oito hectares pela Câmara Municipal está a ser efectuada dentro dos valores correctos.

--- Prosseguiu, tecendo algumas considerações em relação ao capital social, querendo saber como é que a Câmara Municipal de Santarém, no futuro, poderá acautelar os seus interesses accionistas e os do concelho, bem como qual a natureza da entrada no capital social das restantes empresas accionistas.

--- Concluiu, manifestando a sua discordância relativamente ao artigo trinta e seis dos estatutos, no que diz respeito à possibilidade de requisição de funcionários da administração pública.

--- A seguir, tomou a palavra o senhor **Leonel Martinho do Rosário** considerando que o Executivo Camarário, em mil novecentos e noventa e nove, entendeu por bem dar

ACTA Nº. 08/2002
Sessão Ordinária de Dezembro
1ª Reunião 27 de Dezembro de 2002
2ª Reunião 10 de Janeiro de 2003

continuidade à ideia da criação de um parque de negócios lançado pela NERSANT que teve como consequência a aprovação, em Dezembro, deste entendimento e atitude.-----

--- Referiu, a título pessoal, ser seu entendimento que quem credibilizava este tipo de empreendimentos era de facto a NERSANT que nunca foi entendida como um parceiro estrutural ou accionista de um qualquer pacto social.-----

--- Salientou que estas questões, no seu entender, por razões de suspeição não podem ser entendidas como um grupo de amigos ou um clube onde a Câmara aparece como accionista, daí não poder votar favoravelmente esta proposta, concluiu.-----

--- Seguidamente, no uso da palavra o senhor **Presidente da Câmara** começou historiando o processo desde a última sessão desta Assembleia, realizada em seis de Dezembro findo, onde havia sido aprovada a participação da Câmara no capital social da PARQUISCALABIS através de um subsídio de cinco por cento do seu montante.-----

--- Acrescentou que aquando desta deliberação o capital social previsto era de quatro milhões de euros e a realização da participação da Câmara Municipal de Santarém seria em espécie através da cedência de um terreno de oito hectares avaliado em duzentos mil euros. Dado que numa primeira fase o capital social será de setecentos e cinquenta mil euros, a Câmara aprovou que a realização da sua participação seria feita em numerário e o terreno referido seria vendido à empresa acima referida pelo valor, supra mencionado, de duzentos mil euros, concluiu.-----

--- Depois, interveio novamente o senhor **José Luís Cabrita** referindo que estes parques de negócios são estruturas importantes para o desenvolvimento do concelho.-----

--- Considerou ser importante que, em termos de estatutos fiquem consignadas duas questões:-----

--- A primeira, é a questão da blindagem dos estatutos, não ao capital social, de modo a evitar que qualquer accionista possa utilizar o seu poder de capital para decidir, como muito bem entender, os destinos da sociedade;-----

--- A última, é a questão do órgão fiscalizador que deveria ser composto por um conselho

fiscal e não apenas por um só fiscal. -----
--- Discordou, também, do artigo trinta e seis o qual permite a requisição de funcionários à administração pública.-----
--- A seguir, usou da palavra o senhor **Vasco Graça Moura** salientando não ter ficado esclarecido em relação às questões colocadas, referindo não entender o facto da Câmara não fazer parte da estrutura accionista desta sociedade. -----
--- De seguida, foi dada a palavra ao senhor **Eurico Saramago** que manifestou a sua preocupação quanto ao facto de existirem dois parceiros que são potenciais fornecedores da Câmara Municipal de Santarém, nomeadamente a Construtora do Lena. -----
--- Referiu-se aos terrenos a alienar, alertando que a construção de uma variante a Santarém terá de passar, forçosamente, por aquele vale. -----
--- Seguidamente, interveio o senhor **Presidente da Câmara** considerando que a requisição de qualquer funcionário carece sempre da autorização da tutela, dando como exemplo o CNEMA.-----
--- Esclareceu que os estatutos foram objecto de discussão em sede própria, salientando que aquilo que está em causa é a criação de um parque de negócios.-----
--- Por último, retomou a palavra o senhor **Vasco Graça Moura** sublinhando a sua discordância relativamente à possibilidade da requisição de funcionários à administração pública. -----
--- Esgotadas as intervenções o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a proposta de **Participação da Câmara Municipal de Santarém na PARQUISCALABIS – Parque de Negócios de Santarém, S.A. e aprovação dos respectivos Estatutos**, nos termos da alínea m), do número dois, do artigo cinquenta e três, da Lei cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei cinco-A/dois mil e dois, de onze de Janeiro, tendo sido **aprovada por maioria**, com vinte votos a favor, dois votos contra e treze abstenções.---

ACTA Nº. 08/2002
Sessão Ordinária de Dezembro
1ª Reunião 27 de Dezembro de 2002
2ª Reunião 10 de Janeiro de 2003

--- O senhor **Jorge da Costa Rosa**, da bancada do PSD, não participou na discussão e votação deste assunto, por motivos profissionais. -----

--- O senhor **Leonel Martinho do Rosário** considerou a parte final da sua intervenção, que falou a título pessoal, como Declaração de Voto. -----

--- Seguidamente, pelo senhor **Cláudio Sarmento** foi efectuada a seguinte Declaração de Voto: -----

--- “Não posso votar favoravelmente aquilo que é proposto com este artigo trinta e seis, isto é subverter toda a lógica do sistema jurídico”.-----

--- Depois, pelo senhor **Vasco Graça Moura** foi proferida a seguinte Declaração de Voto: -----

--- “A minha abstenção fundamenta-se no facto de não ter considerado as questões que coloquei ao Executivo Camarário suficientemente esclarecidas”.-----

--- Por, último, foi prestada a seguinte Declaração de Voto pelo senhor **João Madeira Lopes**: -----

--- “A abstenção da CDU baseia-se no facto de reconhecer a utilidade de um parque de negócios como este. Por outro lado, se entender que a negociação não foi efectuada da melhor maneira, deveria estar prevista a blindagem que aqui foi referida ao nível da votação e os próprios estatutos e deveriam, igualmente, ser melhorados e retiradas as incorrecções que aqui foram referidas”.-----

--- Tendo em conta a urgência destes assuntos e o preceituado no número três, do artigo noventa e dois, da Lei cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei cinco-A/dois mil e dois, de onze de Janeiro, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a aprovação em minuta dos **Pontos Seis, Sete e Oito**, tendo sido **aprovado por unanimidade**.-----

--- Encerrada a Ordem de Trabalhos e nos termos da Lei e do Regimento, o senhor **Presidente da Assembleia** declarou aberto o **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**. -----

--- Interveio o senhor **Carlos Rodrigues** manifestando a sua indignação pela deliberação tomada, considerando que com estas medidas a Câmara Municipal de Santarém está a criar uma especulação imobiliária inqualificável. -----

--- O senhor **Presidente da Câmara**, interveio discordando da opinião do anterior orador, esclarecendo que o contrato de promessa é claro, e que aquilo que as cláusulas do mesmo prevêem única e exclusivamente é a venda do terreno. -----

--- Retomou a palavra o senhor **Carlos Rodrigues** referindo que a empresa que adquiriu, em primeira mão, os terrenos junto da Quinta do Mocho acabou de os vender aos accionistas desta nova sociedade. -----

--- A pessoa em causa já adquiriu novos terrenos junto do CNEMA, acrescentou. -----

--- Depois, usou da palavra o senhor **deputado municipal Luís Almeida** referindo ser importante saber de quem se trata, bem como fazer prova das afirmações aqui proferidas.

--- Interveio novamente o senhor **Carlos Rodrigues** afirmando tratar-se de uma empresa do grupo J. J. Louro que em tempos adquiriu os terrenos com o objectivo de agora os vender. -----

--- No uso da palavra o senhor **Presidente da Assembleia** referiu que os projectos viabilizados para a instalação do parque de negócio ainda não foram objecto de aprovação urbanística definitiva, razão pela qual terão de haver planos de reordenamento para o efeito. -----

--- Esgotado o Período de “Intervenção” do Público, era uma hora e quarenta minutos, quando o senhor **Presidente da Assembleia** deu por encerrada a sessão de que se lavra a presente acta que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada. -----

ACTA Nº. 08/2002
Sessão Ordinária de Dezembro
1ª Reunião 27 de Dezembro de 2002
2ª Reunião 10 de Janeiro de 2003

--- E eu, Carlos Alberto Pereira Almeida, a redigi
e subscrevi.-----

----- **O PRESIDENTE** -----

----- **O PRIMEIRO SECRETÁRIO** -----

----- **O SEGUNDO SECRETÁRIO** -----
